

24 Jan 01

REQUERIMENTO Nº 686 /VIII (2.a) - AD

Assunto: Direito à Identidade Jurídica.

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

Na Barreira, freguesia do distrito de Leiria, existe um cidadão português – menino – a quem os pais sociais chamam de André Miguel que, com 4 anos, não tem identificação jurídica, por lhe ser negada certidão de nascimento pelas entidades competentes.

Em 1997, a criança com cerca de 7 meses, foi entregue a um taxista daquela localidade, pela hipotética mãe que lhe pediu que a sua mulher, ama de crianças na aldeia, cuidasse dela por 3 dias, enquanto ia tratar de assuntos à sua terra. Não deixando documentos, telefonou apenas 3 vezes, posteriormente. Interpelada num desses contactos, sobre o registo ou cartão de saúde, que poderiam ser necessários, respondeu que o bebé ainda não tinha sido registado e que trataria disso quando o fosse buscar.

Certo é que o menino ficou para sempre com a família que o recebeu e que nunca mais teve notícias da mãe, ou informações sobre maternidade onde se teria realizado o parto.

Confrontados com situações legais, como acesso a cuidados de saúde, à educação pré-escolar e responsabilidade da tutela e desejando adoptar o menino, os “pais sociais” requereram no Registo Civil de Leiria, certidão de nascimento. Debalde têm sido os seus esforços pois embatem com a parede da burocracia

portuguesa: não sabem onde e a que hora nasceu, não pode ser registado. Não é registado, não existe perante a Lei; não é portanto

titular do mais elementar direito humano, o direito à identidade jurídica.

Sabendo que o caso se encontra neste momento no Ministério Público, ao abrigo das disposições legais aplicáveis em vigor, vimos requerer a V. Exa. que solicite ao Ministério da Justiça, os seguintes esclarecimentos:

1. Qual o procedimento que os "pais" deverão adoptar para de forma célere, obterem a certidão de nascimento do André Miguel?
2. Em que estado se encontra o processo, neste momento, no Ministério Público?
3. Como é possível que o sistema jurídico português, que inclui uma Lei de protecção de menores exerça uma forma ignóbil de violência sobre uma criança? - A violência burocrática, negando identidade é mais gravosa da vida do menino e inibidora dos seus direitos, do que outras formas de agressão.

Palácio de São Bento, 24 de Janeiro de 2001.

As Deputadas do PSD,



Maria Ofélia Moleiro

Ana Narciso



CRIANÇA DA BARREIRA PREJUDICADA

Menino de quatro anos sem certidão de nascimento

Um bebé com pouco mais de um ano foi entregue pela hipotética mãe em 1997 a um taxista da Barreira. Entregou a criança por três dias, o tempo «necessário para ir à terra», mas os três dias passaram a mais de três anos e agora o casal que o recebeu está com dificuldades em obter uma certidão de nascimento por falta de dados

CECILIA MALHEIRO

André Miguel é um menino de quatro anos a viver na freguesia da Barreira desde o dia 6 de Setembro de 1997 numa residência familiar. Até aqui nada de anormal na história. O problema colocou-se a partir do momento em que o casal que toma conta da criança quis tratar da documentação para inscrever com um nome.

Paulo Cunha



Registo Civil de Leiria

A luta para obter uma certidão de nascimento para André Miguel

do com o simples, mas difícil de solucionar, problema de não ter ficha no Registo Civil. É a partir daqui que começam os esforços para conseguir uma certidão de nascimento do André Miguel (sem sobrenome) pedida pelo Tribunal de Menores para avançar com o processo.

De ainda não oficialmente

Miguel dirigiram-se ontem ao Registo Civil de Leiria em busca de uma certidão de nascimento para a criança mas, depois de três quartos de hora de espera: «as funcionárias disseram-nos para esperar pela a senhora que faz os registos». Nada foi resolvido, disse Jorge Eugénio, o pretendente a pai adoptivo de André Miguel.

A funcionária dos serviços justificou a impossibilidade de proceder ao registo do nascimento da criança por existir um défice de dados sobre a vida de André Miguel e, por outro lado, porque a responsável dos serviços se encontrava de férias. Assim, e tal como na semana passada, os pais adoptivos do André estavam de

Civil, com a esperança de na próxima quarta-feira tratarem do assunto.

André Miguel chegou à Barreira porque a sua mãe o entregou durante «três dias» a Jorge Eugénio, na altura taxista, com a justificação de que precisava de ir «à terra» e que depois o vinha buscar.

Luca Finácio, pai da mãe,

até porque «a minha mulher sempre gostou muito de crianças», confessou ao Diário de Leiria. A mãe de André ainda telefonou nos dois primeiros dias para casa da família Eugénio para saber do estado de saúde. Foi nessa altura em que souberam que o menino tinha nascido no dia 3 de Fevereiro, mas nunca mais o foi buscar, explicou Jorge Eugénio, referindo que a senhora que entregou o menino era «morena» e aparentava ter «30 anos».

Com o passar dos anos e a criança a crescer, o casal da Barreira começou a sentir necessidade de ter documentos da criança: «Quero matriculá-la e não posso, quero viajar com a criança e não posso... não tenho nenhuma documentação», desabafava o pai, afirmando que André é «muito meigo. É uma criança espectacular. Muito bonita».

Para Jorge Eugénio, o menino que lhes chama de pai, jamais sairá sua casa: «O André nunca mais sai daqui. É

FAMÍLIA VAI AO "SIC 10 HORAS"

Criança da Barreira continua sem certidão de nascimento

O pedido de certidão de nascimento para André Miguel voltou ontem a ser negado no Registo Civil. A família, indignada, está imparável e hoje vai ao "Sic 10 horas" para expor o caso em público

CECÍLIA MALHEIRO

O pequeno André Miguel que es-
pera há quase quatro anos por uma certidão de nascimento voltou a estar ontem no Registo Civil de Leiria ao lado do casal que toma conta dele para tentar obter o tão desejado documento, mas o

pedido voltou a ser negado pela responsável dos serviços.

Após a repetida recusa dos serviços do Registo Civil em escriturar o nascimento de André Miguel: «Querem saber a hora e a maternidade em que nasceu, mas eu não sei», comentava a mãe adoptiva, a família do menino decidiu aceitar o convite da apresentadora televisiva Júlia Pinheiro para estar hoje no programa "Sic 10h00" e falar em público do assunto que tanto os tem entristecido.

Os pais adoptivos da criança revelam-se desgostosos com a morosidade do registo de nascimento - o pai Jorge Eugénio está mesmo de baixa com um esgota-

mento nervoso devido ao que está a viver - e referem que vão para a televisão falar tudo sobre que estão a passar.

Indignados, perguntaram à funcionária do Registo Civil o que aconteceria se a criança morresse e parece que a resposta foi que se podia fazer um «registo de óbito desconhecido». Ora esta resposta caiu mal os protectores do André Miguel que não se cansavam de repetir à comunicação social: «Se podem fazer um registo de um morto, porque é que não podem registá-lo enquanto vivo?»

Depois de uma manhã sem sucesso, o casal confirmou que iria para Lisboa para estar hoje no programa da

televisão e lutar por uma mais rápida obtenção de certidão de nascimento. É que com o passar do tempo - desde 1997 -, os encarregados de educação começaram a sentir necessidade de legalizar a criança: «Quero matriculá-la e não posso, quero viajar com a criança e não posso... não tenho nenhuma documentação».

André Miguel foi entregue pela hipotética mãe a um taxista da Barreira, Jorge Eugénio, que lhe pediu para ficar com o bebé durante três dias, o tempo necessário para «ir à terra», mas os dias passaram a anos e foi até hoje que o menino ficou com o casal, que tem mais quatro filhos.

Luís Filipe Costa

**André Miguel e família**

A luta por uma certidão de nascimento continua

De quem é este menino?

Os pais desapareceram e vive sem identidade desde que nasceu. O Registo Civil recusa-se registá-lo.

Absolutamente insólito. O André Miguel é um menino que vai fazer quatro anos e que, legalmente, continua a não existir. Pela terceira vez, Jorge e Diamantina Eugénio, que pretendem vir a ser os seus pais adoptivos, voltaram a ouvir uma recusa do Registo Civil de Leiria. Abandonado pela mãe aos quatro meses, até hoje ninguém sabe onde nasceu, quem são os pais... nada, apenas que se chama André Miguel, e que nasceu a 3 de Fevereiro de 1997. Pela terceira vez foi recusado o registo do pequeno André. O casal Eugénio garante que não vai desistir.

A 6 de Setembro de 1997, esta família da Barreira, concelho de Leiria, recebeu o André em sua casa a pedido da mãe que queria ir à sua terra natal durante três dias. «Não a conhecíamos, mas ela soube que eu tomava conta de meninos e pediu-me para tomar conta do Miguel», explica Diamantina Eugénio. Ao segundo dia, recebeu um telefonema da mãe do menino a perguntar se estava tudo bem. «Na altura, perguntei-lhe se o menino não tinha documentos, mas ela respondeu-me que não era preciso porque era só por três dias. Disse-me apenas o primeiro nome dele, porque até então só sabia que ele se chamava Miguel», explica.

Os três dias passaram e, mais de um ano depois, a mãe do pequeno André não voltou a aparecer, nem mesmo a dar notícias. O casal Eugénio começou a estranhar tão prolongada ausência e começou mesmo a pensar em adoptar a criança. «Ele não tinha vacinas e começou a ficar doente. Tivemos que o levar ao posto médico e tratar do cartão dele que ficou agregado ao meu marido. No cartão de vacinas,

na área reservada à identidade dos familiares, apenas foi inscrita a palavra «ama», explicou ao *Notícias de Leiria* Diamantina Eugénia.

«Se morrer podem enterrá-lo no quintal»

Em Fevereiro de 1999, o casal Eugénio, que tem quatro filhos, resolveu informar-se junto de uma advogada do tribunal sobre o que podiam fazer para resolver a situação do menino. «Fomos falar com a advogada Maria Sameiro e ela disse-nos para falarmos com a assistente social Conceição». Desta não receberam qualquer resposta: «ela tirou apontamentos do que iam dizendo, mas não nos disse mais nada», afirma Jorge Eugénio. Fartos de esperar, dirigiram-se à provedora de Justiça de Leiria, mas, mais uma vez, não conseguiram qualquer resposta. Foi então que Diamantina Eugénio se informou junto de uma outra assistente social dos seus direitos. «Disse-me que eu podia ter direito a um abono e a subsídios». Voltou a falar com Maria Sameiro que lhe disse para ir ao Registo Civil tentar registar o menino. A resposta que obteve não podia ser mais explícita: «eu não registo este menino». Jorge Eugénio nem queria acreditar no que ouvia. Questionou a funcionária sobre as consequências do André não estar legalmente registado. «Perguntei-lhe o que é que eu fazia se ele tivesse um acidente ou se falecesse. Não o podia enterrar no quintal. Ela disse-nos que, se quisesse, podia enterrá-lo no quintal, porque para todos os efeitos ele não existe», conta amargurado Jorge Eugénio, que diz ter ficado «sem fala quando ela me disse isto».

O casal Eugénio não desistiu e resolveu denunciar a situ-

ação na comunicação social. Voltaram à carga, mas desta vez dirigiram-se ao Registo Civil na companhia da TVI. A funcionária pediu que esperassem pela responsável pelos registos. «Esperámos 45 minutos», diz Jorge Eugénio. Quando finalmente chegou, a sua resposta voltou a ser exatamente a mesma: «não registo o André, porque não sei onde nasceu, nem quem são os pais». Nem mesmo com o argumento de que a advogada Maria Sameiro tinha dito que era possível registar o menino sem estes dados, a dita conservadora do Registo Civil cedeu. O casal apresentou queixa no livro amarelo, destinado às reclamações.

Na passada quarta-feira, e pela terceira vez, Jorge Eugénio e a esposa voltaram à carga, mas nem por isso a resposta foi diferente. «A responsável dos registos negou-se a registar o André, e disse-nos que ia mandar um officio para o tribunal para esclarecer a situação», afirma Jorge Eugénio, que se preparava para ir para Lisboa expor o seu caso a uma cadeia de televisão.

Nas mãos do Ministério Público

Eugénia Helena, conservadora do Registo Civil de Leiria adiantou ao *Notícias* que já tinha comunicado «hoje (quarta-feira, dia 3) ao Ministério Público. Compete aos tribunais e à Judiciária investigar os dados que ninguém tem para registar o menino». Sem estes dados, garante, «não podemos registá-lo».

ANSELMO CRESPO

Desapareceram...



PEDRO FREITAS

E como será em 2001?

Ano 2001. Ora finalmente cá está o novo ano, década, século e milénio! Finalmente.

Agora sim!

Apesar de todas estas mudanças temporais, custa a acreditar que a sociedade viva ainda muito fechada, relativamente aos problemas e às carências que sistematicamente é vítima a pessoa portadora de deficiência. Esta terá sempre que mostrar o seu autêntico valor independentemente daquilo que faça! Estará sempre em avaliação! Será sempre vítima de rapero e está «condenado» a viver para lá da muralha.

Vive numa genuína casa do Big Brother, só que no final, não há prémio, nem se é aclamado a nível nacional...

Vive, muitas vezes, isolado de tudo e de todos. Todos o vêem, todos tecem comentários, todos criticam, todos ob-

servam ao pormenor os seus gestos e reacções, mas poucas ou nenhuma medidas são tomadas para facilitar a sua vida. Será sempre o próximo nomeado pelos demais «como se vergonhosamente se tivesse que esconder, pois tira a estética ao resto da sociedade» (fi isto algures!). Mais um ano que passou e mais um ano que aí chega prometendo ser idêntico ao transacto. Enquanto me forem «gramando» e enquanto o editor deste jornal se interessar por este assunto, cá estarei para denunciar o que tem que ser denunciado, aplaudir quem tem de ser aplaudido e sugerir se for caso disso, portanto, não se preocupem(!), pois para a semana cá estarei, sabe-se lá onde...

(PEDRO.FREITAS@MAIL.TEIPAC.PT)

NOTÍCIAS de Leiria

Sexta-Feira
5 Janeiro
2001

ACTUAL



O pequeno André, de 4 anos de idade, já está habituado à sua nova família

AINDA O CASO DE ANDRÉ MIGUEL

Mãe adoptiva poderá iniciar hoje greve de fome

Multiplicam-se as idas e vindas da família adoptiva de André Miguel ao Registo Civil de Leiria. O menino de quatro anos ainda não tem certidão de nascimento e hoje os seus pais "adoptivos" insistem pela quinta vez. Se lhes for negada, o registo da mãe de André avançará com greve de fome

O caso remonta a 1997, altura em que a suposta mãe biológica de André o entregou, com pouco mais de um ano, a um taxista da Barreira. O actual pai adoptivo diz-lhe que cumpre-o por três dias. Nos dois primeiros, a mãe biológica terá telefonado aos pais adoptivos para saber do seu estado de saúde. Depois disso e até hoje, nem sinal.

A sua permanência com Diamantina e Jorge Eugénio arrastou-se por mais de três anos, e agora a família desepera pelo registo de André Miguel, já por quatro vezes sem sucesso, alegadamente por



Paulo Cunha

Menino sem certidão de nascimento. Se a situação não se alterar a mãe adoptiva inicia hoje greve de fome

insuficiência de dados. Dia- "Sic 10 Horas", na passada quinta-feira, foi informada pelo advogado Granja da Fonseca, no, entregando-lhe inclusive

um documento legislativo sobre o registo de menores para apresentar no Registo Civil. Os passos foram seguidos pelos pais adoptivos de André, mas nem o documento, nem um auto de notícia da Esquadra da PSP de Leiria (que atesta que há cerca de um ano e meio os encarregados de educação contactaram elementos da Segurança Social e do Ministério Público), nem as duas testemunhas apresentadas para comprovar que André está com o casal desde pequeno, conseguiram que a certidão fosse processada.

Se a situação se mantiver, a partir de hoje - dia marcado por elementos do Registo Civil de Leiria para o casal - voltará com uma greve de fome, às portas da instituição.

X

Greve de fome para registar menino

«É até a ambulância me vir buscar». Esta era a garantia dada por Diamantina Eugénio, que esteve desde as oito horas da manhã da passada segunda-feira até às 16 horas, em greve de fome em frente ao Registo Civil de Leiria. Há já algum tempo que Diamantina e Jorge Eugénio reivindicam o registo do pequeno André, uma criança que lhe foi deixada pela pretensa mãe aos quatro meses de idade, e que agora, juntamente com o seu marido, quer adotar. O casal Eugénio pretende que o Registo Civil registre o André, mas a conservadora, Eugénia Gonçalves, alega não ter «base legal para registar este menino».

Na nossa última edição, o casal Eugénio explicou toda a história do pequeno André Miguel. Aos quatro meses foi deixado em casa do casal, alegadamente por três dias. Quatro anos depois, o menino continua lá em casa, e a mãe nunca mais deu notícias. Sabe-se apenas que o menino terá nascido a 3 de Fevereiro de 1997 e nada mais. Há cerca de um ano e meio, o casal Eugénio decidiu tentar registar o menino para depois o poder adoptar. As recusas do Registo Civil foram-se sucedendo, e a 28 de Dezembro é feita a primeira queixa no livro amarelo. Ao casal é-lhes solicitado que voltem a 3 de Janeiro, al-

tura em que a conservadora regressava de férias. Nessa altura, Eugénia Gonçalves diz ter explicado ao casal as razões pelas quais não podia registar o André: «eu sentei-me com eles à mesa e disse-lhes que não tinha base legal para o poder registar. A lei é muito clara no que diz respeito aos abandonados, e a meu ver este menino não é um abandonado», explica a conservadora do Registo Civil. Eugénia Gonçalves diz-se perturbada com toda esta situação e garante que esta «não é nenhuma recusa pessoal. Simplesmente me limito a cumprir o que está escrito na lei, e suscitei ao Ministério Público a

instauração de uma acção para se poder fazer o registo».

De qualquer forma, a conservadora acha que «toda esta história é muito forçada».

Depois de denunciar o caso na televisão, seguiu-se a greve de fome. O processo corre neste momento no Ministério Público, onde ninguém faz declarações sobre o assunto. Durante a greve de fome Diamantina Eugénio foi surpreendida por uma advogada, que prefere manter o anonimato, que se ofereceu para tomar conta do seu caso, com a condição de terminar a greve de fome. E assim aconteceu.

ANSELMO CRESPO